

RUY FABIANO

Ponto de Vista

Dilemas da dívida

A questão da dívida externa — vital, para que o Brasil se recoloca na rota internacional dos capitais e retome o crescimento de sua economia — está longe de ter sido equacionada. Em sua última viagem aos Estados Unidos, o presidente Collor não a resolveu. Apenas deflagrou um processo cujos desdobramentos exigem algo que, por enquanto, é justamente o calcanhar-de-aquiles de seu Governo: respaldo político interno.

Para enquadrar-se às exigências dos credores, o Brasil precisa submeter-se a novos e pesados sacrifícios, cujo teor será definido — está sendo — de fora para dentro. Cabe ao Governo apenas adotá-los. Como, entretanto, fazê-lo, se não consegue aprovar no Congresso sequer um aumento salarial para o funcionalismo? Esse, em resumo, o seu dilema, cuja solução aponta no sentido de um grande pacto político nacional, que, no entanto, não consta presentemente da pauta dos partidos. Nem do Governo.

Dia 22, chega a Brasília uma comitiva do FMI com uma delicada missão: discutir as diretrizes de um novo ajuste econômico. Sem tal pressuposto, o Brasil continua na contramão do sistema financeiro internacional e fora do circuito dos investimentos. Em resumo: continua sem perspectivas de reaquecer sua economia e sair da crise. A viagem do presidente Collor aos EUA teve como objetivo incluir o Brasil no assim chamado Plano Brady. Esse plano, concebido pelo secretário do Tesouro norte-americano, Nicholas Brady, consiste na renegociação de débitos externos dos países do Terceiro Mundo, com o objetivo de reduzir-lhes a dívida. Aparentemente, um maná. Na prática, porém, a teoria é outra.

Para que um País se credencie ao Plano, há drásticos pressupostos, que se resumem numa expressão familiar: "rigorosos ajuste econômico interno". Esse "rigoroso ajuste" prevê redução ainda maior de investimentos — algo catastrófico num País pobre e já mergulhado há anos em profunda recessão — e efetivo controle da emissão de moeda. Não basta, porém, um compromisso formal com essas metas. É preciso

que o País autorize um efetivo monitoramento internacional de sua economia, via FMI. Isso se traduz pela presença constante de técnicos, fiçando contas, vetando projetos — numa palavra, gerenciando a administração pública brasileira.

Somente após a consumação desses fatos — os cortes e o monitoramento —, é que o País adquire condições de entrar no Plano Brady. Antes de analisar as vantagens do Plano — cujo teor, segundo gente bem-informada, como ex-ministro Bresser Pereira, é altamente controverso —, cabe uma indagação: terá o Governo brasileiro condições de cumprir esses pressupostos? Com que base parlamentar? Com que respaldo social? E qual o caminho alternativo num regime democrático e partidário?

Os tais "ajustes" exigidos pelo governo norte-americano vão além de cortes orçamentários: incluem também o aprofundamento do processo de privatização, o que, internamente, produz consideráveis reações políticas. Basta ver as suscitadas pela privatização da Usiminas, que envolvem até o vice-presidente Itamar Franco. Eis aí mais um dramático capítulo da crise.